

# Os 7 mitos sobre a PEC do Teto

**Marcos Mendes**

Assessor Especial do Ministro da Fazenda

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal,

08 de novembro de 2016



MINISTÉRIO DA  
**FAZENDA**



## Três pontos fundamentais:

### 1) Ajuste fiscal é condição necessária para:

- ✓ Estabilizar a dívida pública e criar condições para a retomada do crescimento.
- ✓ Evitar o retorno da inflação elevada.

### 2) Realismo orçamentário:

- ✓ Desestímulo à superestimativa de receitas
- ✓ Fim dos contingenciamentos bilionários
- ✓ Maior protagonismo do Congresso

### 3) PEC é o começo do ajuste:

- ✓ Reforma da previdência
- ✓ Aperfeiçoamento de políticas públicas

## Mito 01

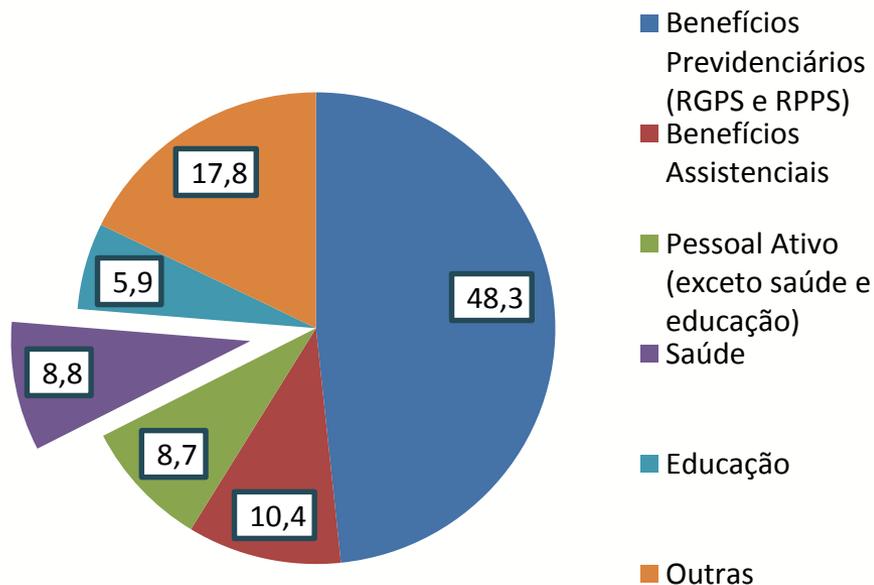
A Saúde vai ser prejudicada. ✘

## Realidade

*A Saúde vai ser beneficiada.* ✔

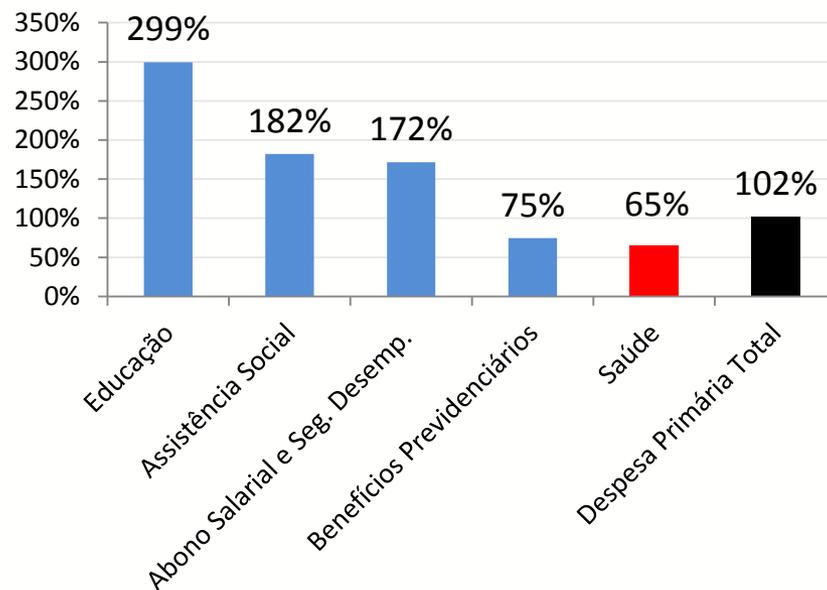
# A saúde está perdendo no atual modelo de forte expansão dos gastos

Despesa Primária da União por Categoria: 2015 (%)



Fonte: SIAFI – Siga Brasil

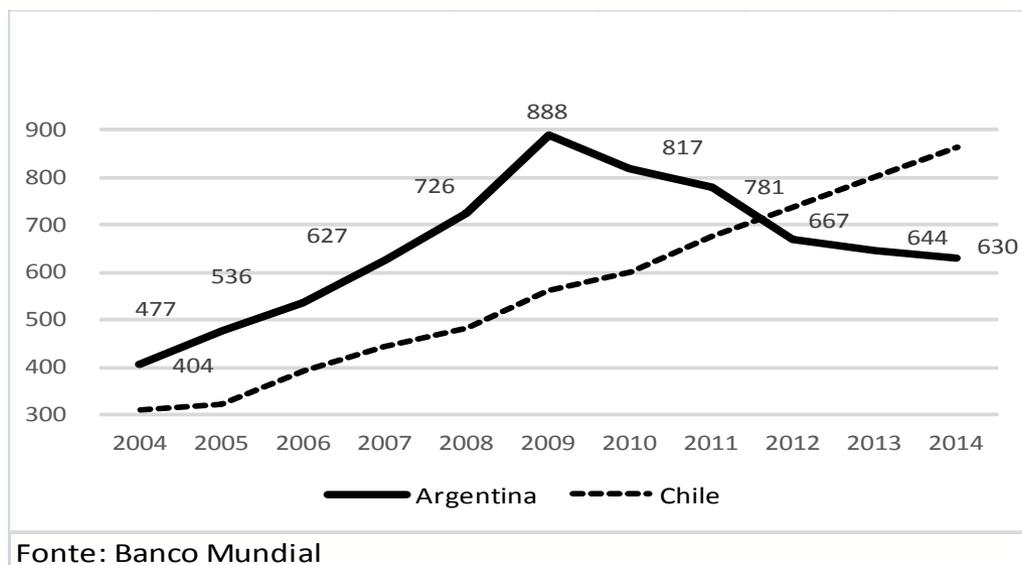
Despesa Primária da União por Categoria: crescimento real 2004-2015 (%)



Fonte: SIAFI – Siga Brasil

## Se a crise fiscal não for resolvida, a despesa vai cair...

Gastos públicos per capita em Saúde na Argentina e no Chile 2004/2014  
(em US\$ PPC de 2011)



18/10/2016 - 05:00

## Mortalidade infantil dispara na Venezuela assolada pela escassez

Por Sara Schaefer Muñoz

Fonte: Valor Econômico

## Com a PEC o mínimo da saúde vai ser efetivamente pago

### Gasto Mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) pelo Governo Federal: 2014-2015 (R\$ correntes)

	2014	2015
Mínimo ASPS	92	98
Despesa Empenhada	92	100
Despesa Paga	85	93
Diferença entre mínimo e pago	7	6

Fonte:STN

## Saúde: Limite mínimo, não máximo.

- **15% da RCL já em 2017:** acréscimo de cerca de **R\$10 bilhões**, totalizando R\$ 113,7 bilhões de despesas em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) e o ganho real será carregado ao longo da vigência da PEC.

Aplicações mínimas, em % da RCL, em ASPS (EC 86/2015)



## Saúde: Limite mínimo, não máximo.

- Se o gasto mínimo continuar atrelado ao desempenho da receita, nos **momentos em que a arrecadação estiver crescendo abaixo da inflação**, como tem ocorrido nos últimos anos, o gasto **mínimo ficará defasado** (2015: mínimo  $\uparrow$ 6,9% e inflação  $\uparrow$ 10,7%).
- **Realismo orçamentário:** as despesas que são reais prioridades sociais, em especial a Saúde, serão protegidas pelo Congresso e pela opinião pública.

## Mito 02

A Educação vai ser prejudicada.✘

## Realidade

*Boa parte da educação está fora do limite da PEC e vai ser beneficiada.✔*

## Educação: Limite mínimo, não máximo.

- **Mais de 70%** da despesa pública com **educação NÃO** está sujeita aos **limites** estabelecidos pela PEC.
- Os gastos dos Estados e Municípios com educação são três vezes maiores que o realizado pela União. A PEC **somente se aplica aos gastos do Governo Federal**.
- Ademais, estão **fora** do limite da PEC os seguintes gastos federais:
  - as complementações da União ao **FUNDEB** (R\$ 12 bilhões/ano);
  - **FIES** (despesa financeira de cerca de R\$ 20 bilhões por ano);
  - **PROUNI** (renúncias tributárias).

- Com a aprovação da PEC e a recuperação da economia, estados e municípios terão mais receitas para aplicar em educação (FUNDEB vincula 20% das receitas de E/M, com a crise essas receitas desabaram).
- **Realismo orçamentário:** Educação também será protegida pelo Congresso e pela opinião pública.
- Com a crise, aumenta a **evasão escolar dos jovens de baixa renda.**

### Mito 03

PEC vai tirar dinheiro dos pobres para pagar juros da dívida.✘

### Realidade

*PEC vai beneficiar os mais pobres e a despesa com juros vai cair (aliás, já está caindo).✔*

## ■ Os gastos federais têm baixo impacto de distribuição de renda, controlá-los e focalizar as políticas públicas vai beneficiar os pobres:

✓ As fontes de renda provenientes do setor público são responsáveis por 30% da desigualdade medida pelo Índice de Gini.\*

✓ Os aumentos de remuneração de servidores públicos, concedidos entre 2003 e 2009, concentraram renda a ponto de eliminar todo o efeito redistributivo da expansão do Bolsa Família nesse mesmo período.\*

✓ No Brasil, o Índice de Gini cai 4,7 pontos percentuais após a intervenção do governo, nos países da OCDE cai 14,3 pontos e nos países do Euro cai 19,9 pontos. \*\*

\* Souza, Pedro H.G.F, Medeiros, M. The Decline of Inequality in Brazil, 2003-2009: The role of the State. Universidade de Brasília. Economics and Politics Research Group. Working Paper 14/2013.

\*\* Nogueira, J.R., Siqueira, R.B, Luna, C.F. (2013) Taxation, Inequality and the illusion of the social contract in Brazil. Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26. Número 2 (48). pp. 190 - 209 Set 2015

## Em 2014, 77,5% dos aposentados que não acumulam pensão situam-se nos cinco últimos décimos de maior rendimento domiciliar per capita brasileira.

Distribuição dos beneficiários aposentados que não acumulam pensão por décimos de rendimento domiciliar *per capita* – Em 2014



Décimo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Distribuição dos aposentados que não acumulam aposentadoria e pensão por décimos de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	0,7%	2,6%	5,7%	6,4%	7,0%	22,2%	12,3%	12,7%	14,0%	16,3%
Mínimo	0,00	198,40	298,67	395,00	500,17	638,00	752,00	972,50	1.300,00	2.000,57
Máximo	198,33	298,50	394,80	500,00	637,50	751,75	972,40	1.299,75	2.000,00	331.200,00

Nota: Os décimos da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* foram construídos a partir do rendimento mensal de todas as fontes de toda população residente em domicílios onde todos os membros possuem rendimento de todas as fontes não ignorado.

## **A PEC é necessária para recuperar a economia, reduzir o desemprego e conter a inflação**

**■ Os pobres são os maiores prejudicados pelo desemprego porque não têm:**

- ✓ Poupança para financiar a perda de renda
- ✓ Patrimônio para vender
- ✓ Gorduras que possam ser cortadas no orçamento doméstico
- ✓ Acesso a crédito bancário ou familiar

**■ Os pobres são os maiores prejudicados pela inflação, porque não têm acesso ao mercado financeiro para proteger sua renda.**

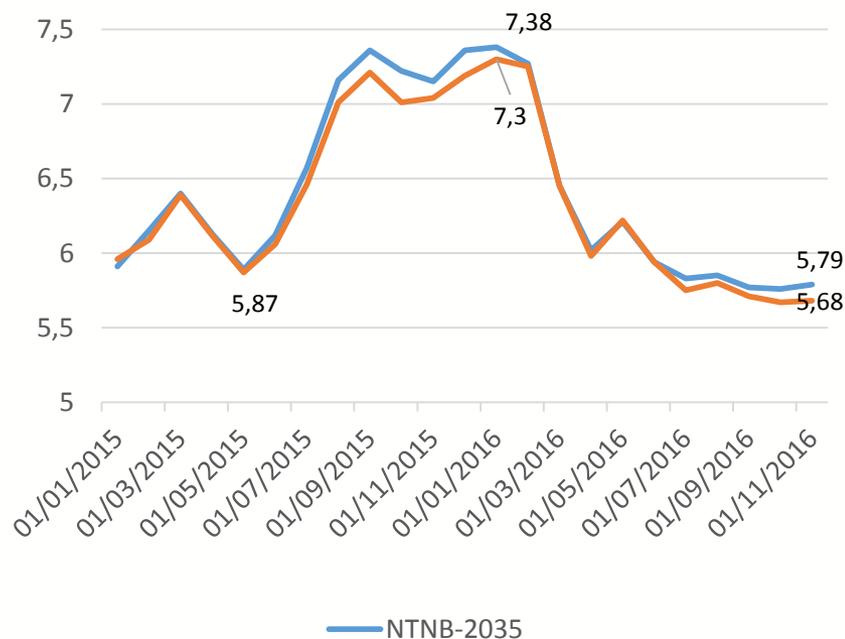
**Os juros pagos pelo Governo Federal vão cair com a aprovação da PEC (aliás, já começaram a cair apenas com o anúncio de mudança de rumo da política fiscal).**

▪ **Os juros são altos no Brasil porque:**

- ✓ **Governo tem déficit alto: muita demanda por crédito aumenta o seu preço (os juros).**
- ✓ **Quanto mais a dívida cresce, mais arriscado é emprestar para o governo.**

## Com desajuste fiscal o juro sobe. Com (perspectiva de) ajuste o juro cai.

Taxas de juros pagas pelo Tesouro Nacional na Venda de Títulos Públicos (% ao ano)



Fonte: BM&F Bovespa  
NTN-B é corrigida por IPCA + juros

Credit Default Swaps (CDS)  
Brasil



Fonte: Broadcast

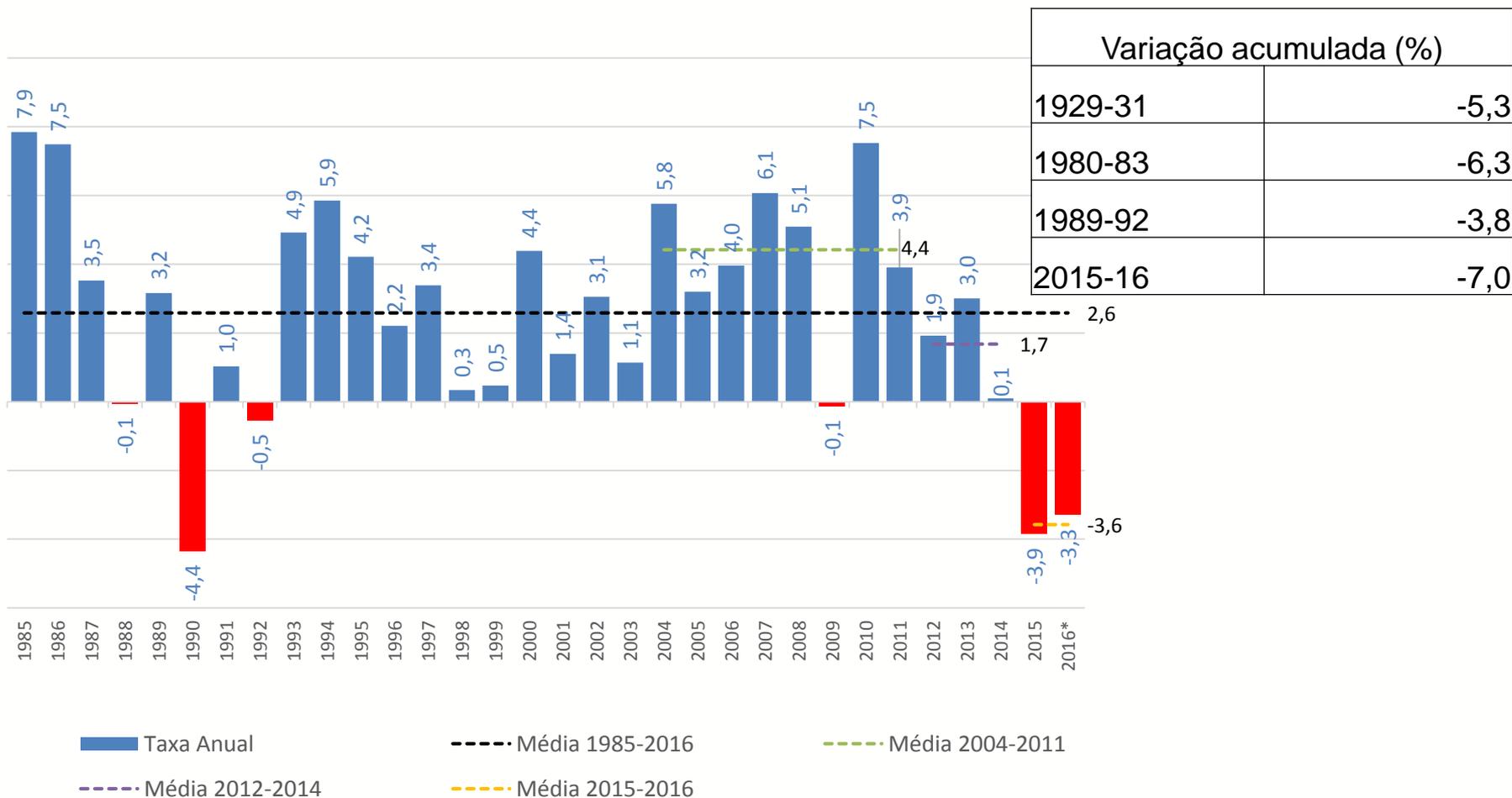
## Mito 04

Não é preciso fazer ajuste. O Brasil está vivendo uma crise passageira, decorrente da crise internacional, e quando voltar a crescer, as contas públicas se ajustam. ✘

## Realidade

*Estamos vivendo a maior crise desde o início do século XX, e ela é culpa de erros de política econômica dos últimos anos. Sem programa de ajuste fiscal, nosso destino é risco de insolvência, baixo crescimento e inflação.* ✔

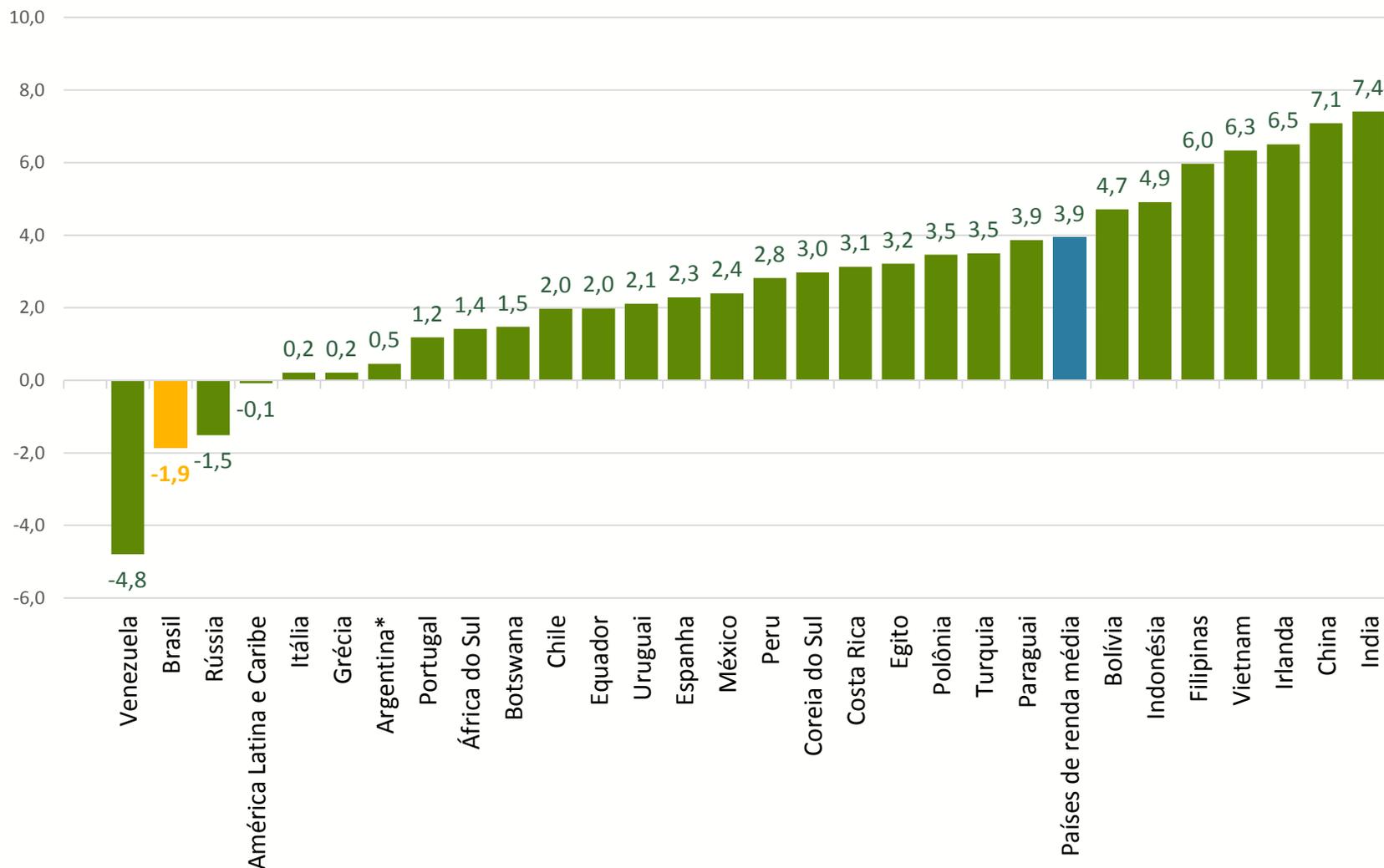
## Taxa anual de Crescimento do PIB (% ao ano)



Fonte: IBGE

\* Projeção Focus de 28/10/2016

## Crescimento médio do PIB em 2014-2015



## Mito 05

O prazo de 20 anos é muito longo e vai estrangular as políticas públicas. ✘

## Realidade

*o prazo permite um ajuste gradual e não haverá estrangulamento. ✔*

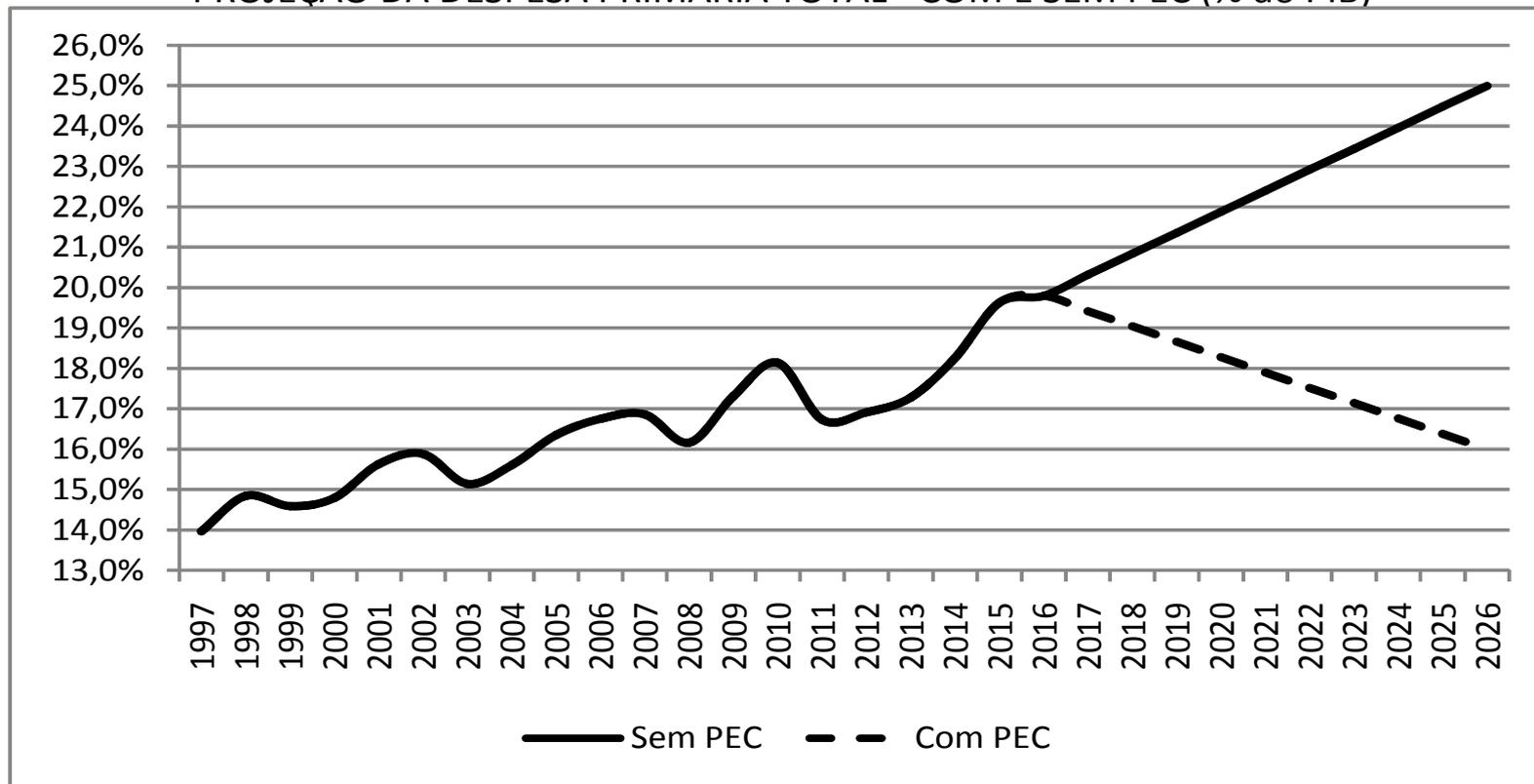
## **O Novo Regime Fiscal valerá por 20 anos, mas a partir do 10º ano, o método de correção da despesa poderá ser alterado a cada mandato presidencial.**

- Em 10 anos, com um ganho de resultado primário estimado em 0,5 p.p. do PIB por ano, não se espera chegar a um superávit primário muito superior a 3% do PIB:
  - **suficiente para manter a dívida pública sob controle e**
  - **não pode ser caracterizado como excessivo.**
  
- Se a situação fiscal estiver significativamente melhor no 10º ano, a regra pode ser mudada, no sentido de permitir maior crescimento da despesa, reduzir a carga tributária ou redefinir transferências para estados e municípios.

- A grave situação das contas públicas exige que o prazo da PEC seja longo **para garantir recuperação gradual.**
  
- Sem o gradualismo da PEC, seriam necessárias **medidas extremas:**
  - **Demissão de servidores;**
  - **Cortes nominais de vencimentos;**
  - **Abrupta extinção de programas.**
  
- **Reforça o caráter estrutural da PEC, consolida o novo padrão de política fiscal e permite a tomada de decisões de investimento de longo prazo num contexto de estabilidade e previsibilidade macroeconômica.**

## Não haverá estrangulamento de despesas

PROJEÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA TOTAL - COM E SEM PEC (% do PIB)



## Mito 06

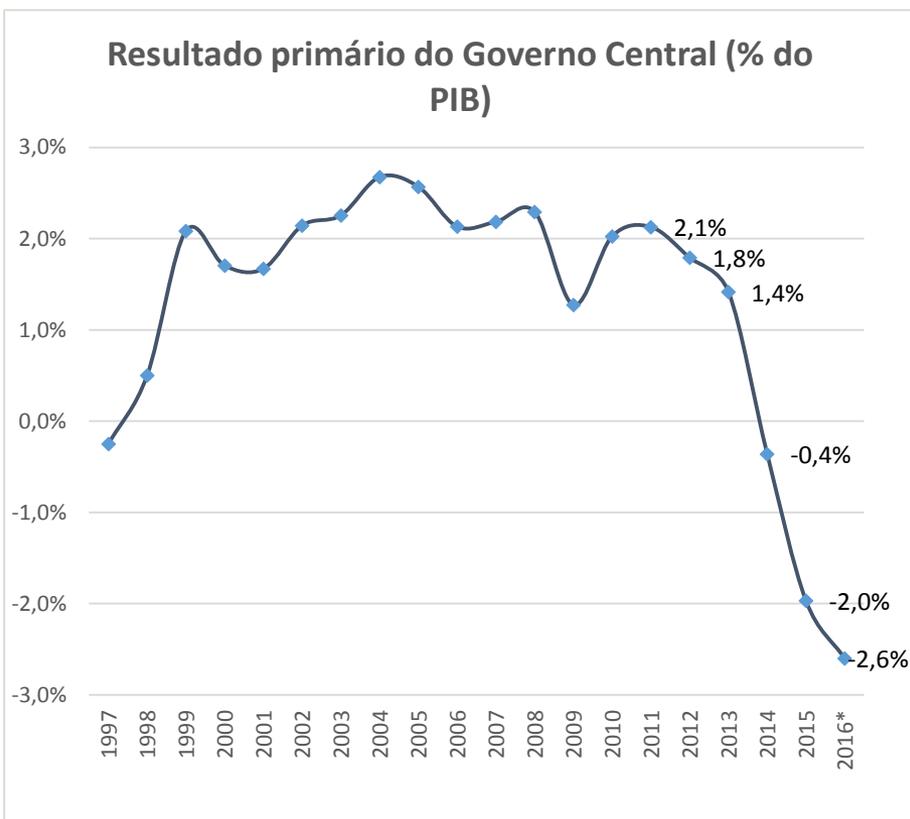
Para sair da crise, é preciso que o governo gaste mais para estimular o crescimento com políticas anticíclicas. ✘

## Realidade

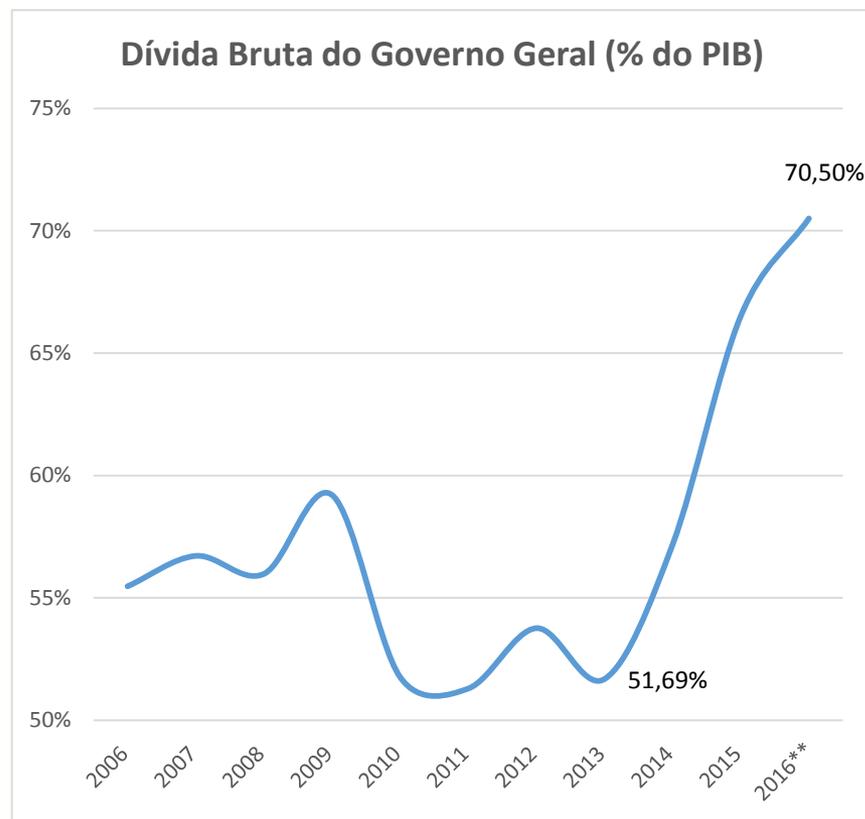
*A situação fiscal é grave, não há espaço para política anticíclica.* ✔

- O alto nível e o acelerado crescimento da dívida pública brasileira não deixam espaço para aumentar gasto público: criaria trajetória de insolvência pública, causando mais queda de investimento e consumo e risco de fuga de capitais. A dívida passaria a crescer ainda mais rapidamente.
- Para a relação dívida pública/PIB se estabilizar apenas por meio da expansão do PIB, sem ajuste fiscal, o PIB brasileiro teria que crescer a uma taxa real de 8% ao ano até 2025!
- Não existe na história econômica caso de país que conseguiu crescer por vários anos consecutivos com uma dívida pública em trajetória explosiva.

## É urgente reverter a deterioração fiscal

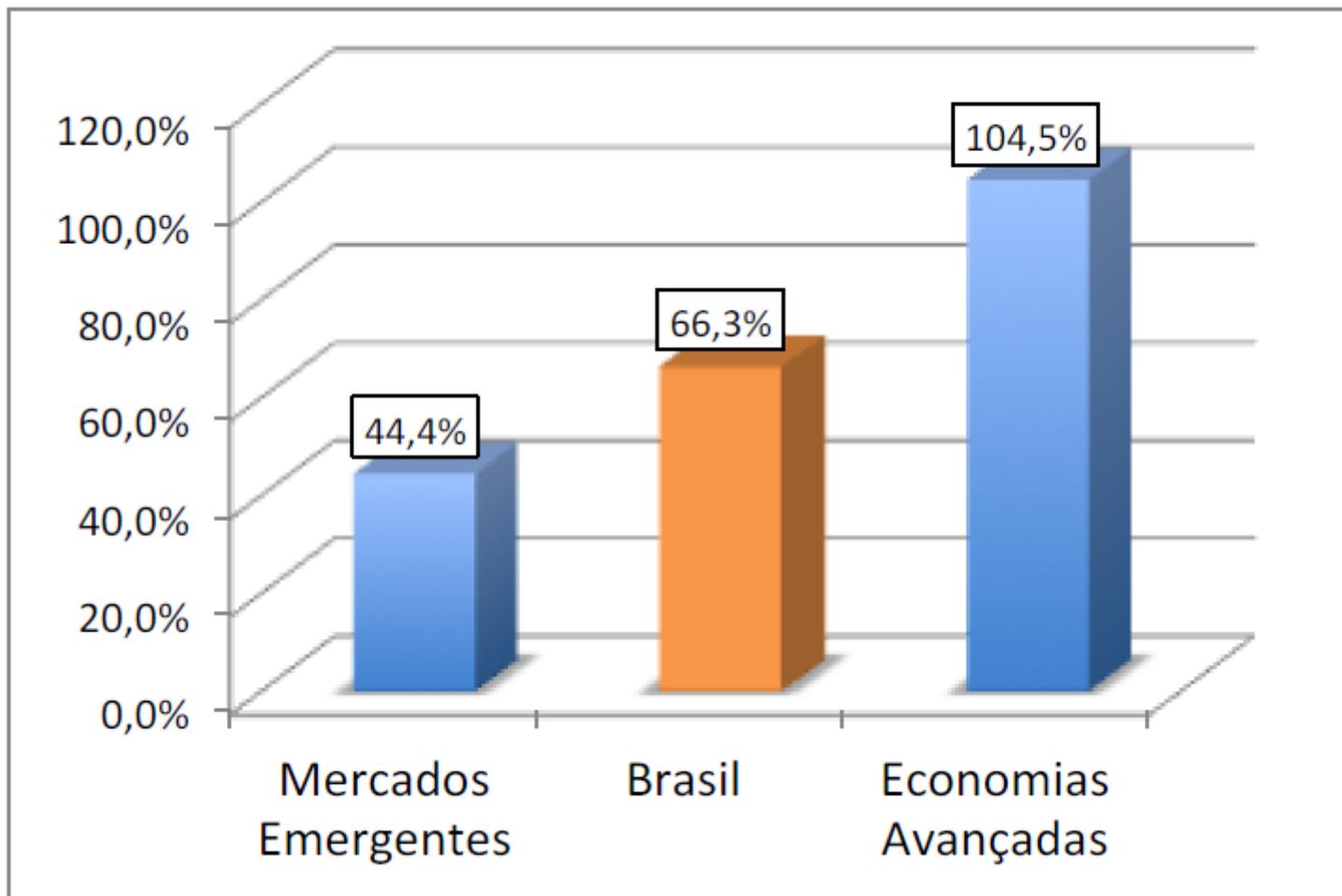


Fonte: STN  
\* PLDO



Fonte: Bacen  
\*\* Saldo em setembro/2016

## Divida Pública do Brasil já é muito alta para o nosso nível de desenvolvimento.



## Mito 07

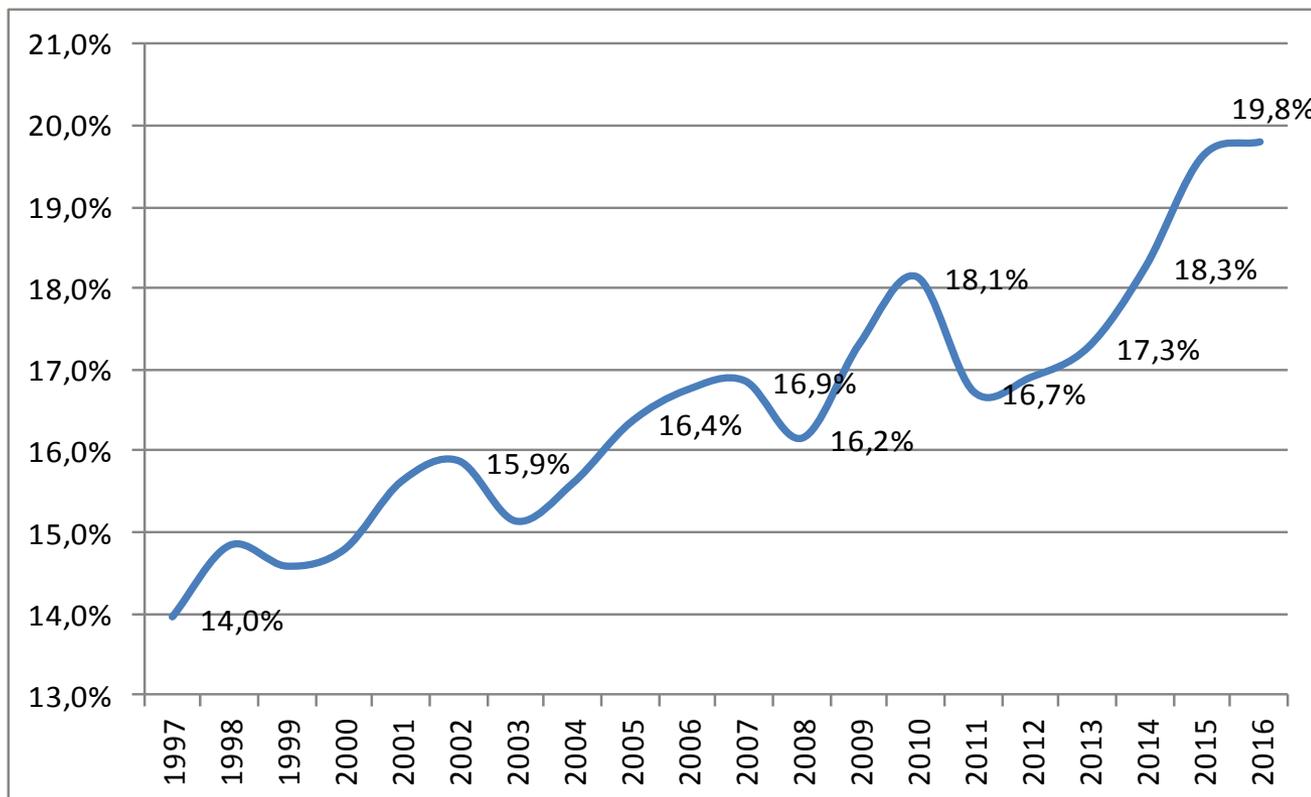
O ajuste fiscal tem que ser feito pela tributação dos ricos e pela auditoria da dívida pública, não pelo controle de despesas.✘

## Realidade

*É preciso reformar o sistema tributário, para ele ser mais justo e eficiente, mas isso não vai reequilibrar as contas públicas. Auditoria da dívida pública já é feita regularmente.* ✓

## A Fonte do problema é o crescimento da despesa

Despesa primária do Governo Central : 2011-2016 (% do PIB)



Fonte: Tesouro Nacional

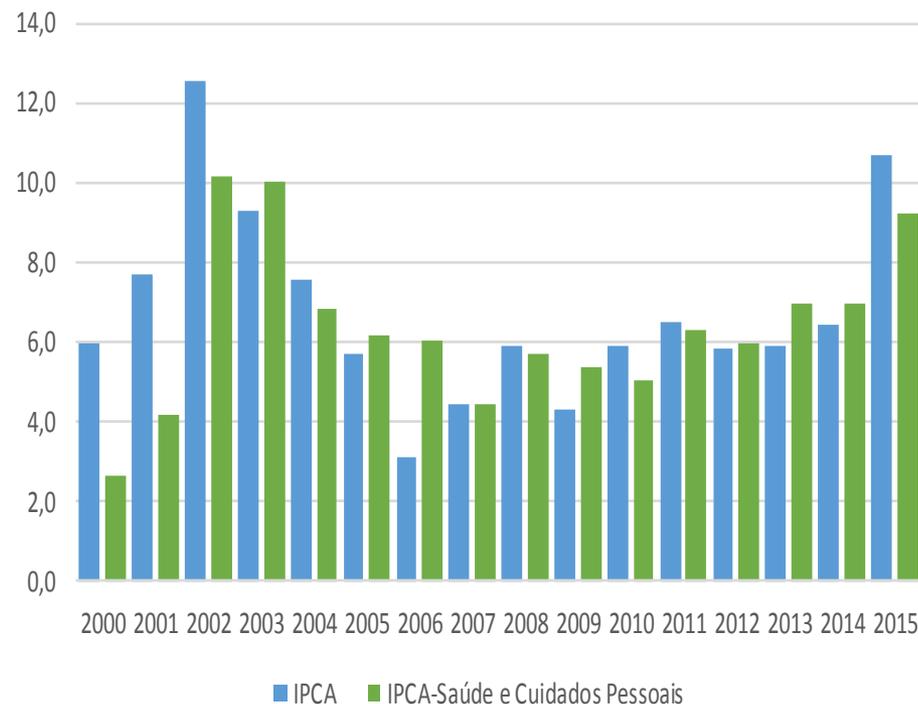
- Não adianta aumentar impostos se o crescimento da despesa não for contido.
- No regime atual, várias despesas são vinculadas à receita. Aumentar a arrecadação aumentaria a despesa.
- Reforma tributária é necessária, mas não vai resolver o problema fiscal. Não é viável aprovar uma complexa reforma tributária em pouco tempo, e os recursos adicionais eventualmente gerados não seriam suficientes para equilibrar as contas.
- Auditoria da dívida e das contas públicas já é feita regularmente pelo Executivo, pelos órgãos de controle e pelo Congresso Nacional.

Obrigado

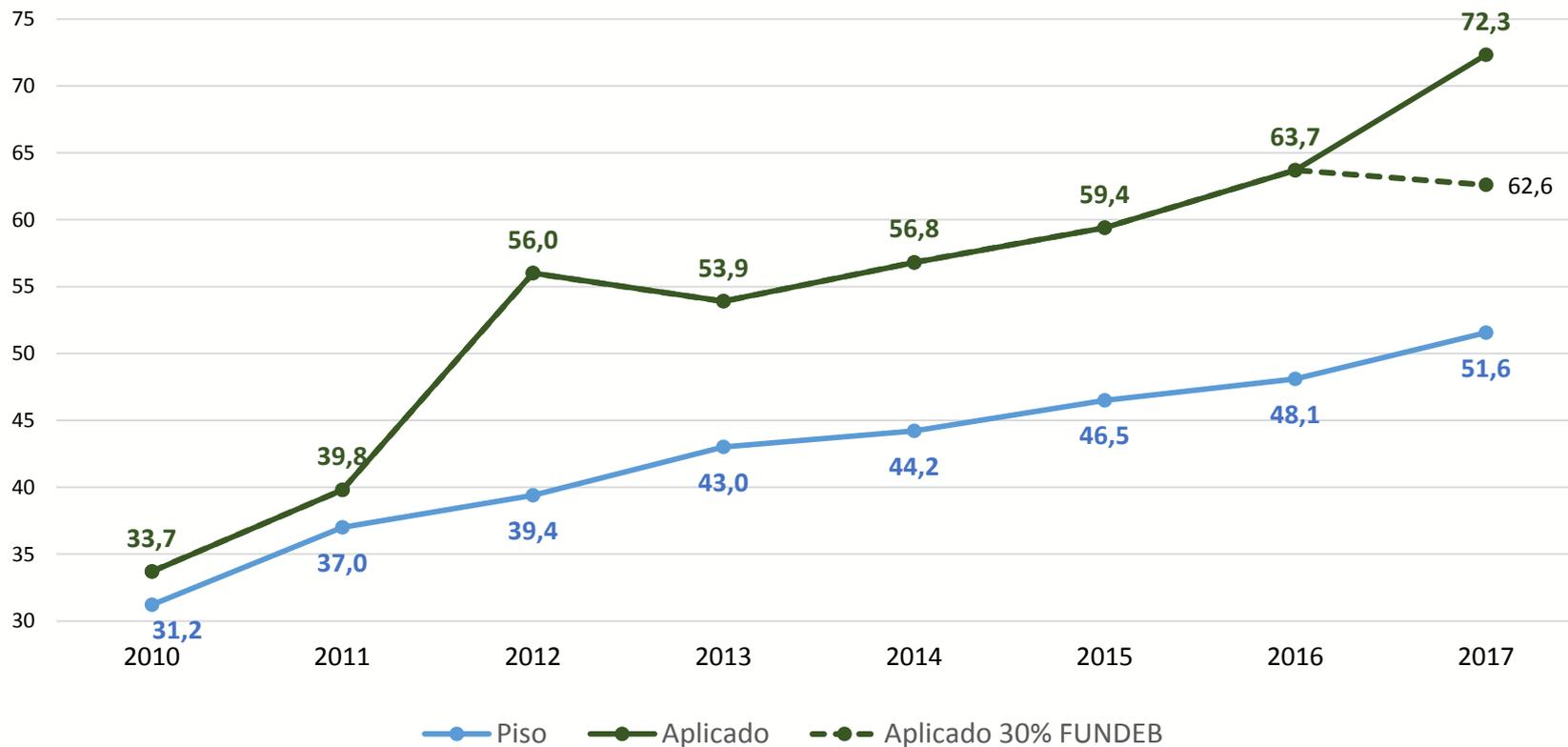
IPCA x IPCA - Saúde e Cuidados Pessoais  
Média móvel de 12 meses



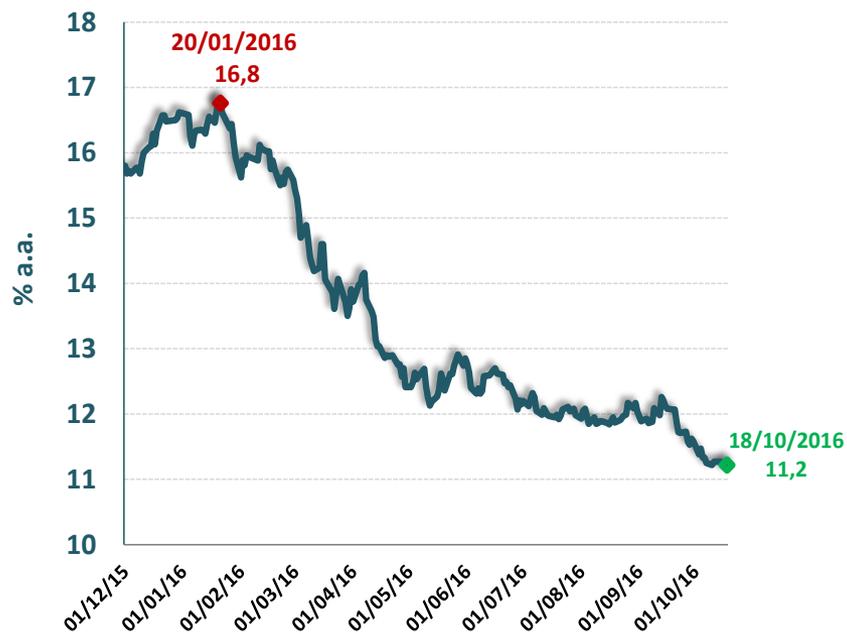
IPCA x IPCA - Saúde e Cuidados Pessoais  
Acumulado no ano



## Despesa do Governo Federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010-2017 (R\$ bilhões)

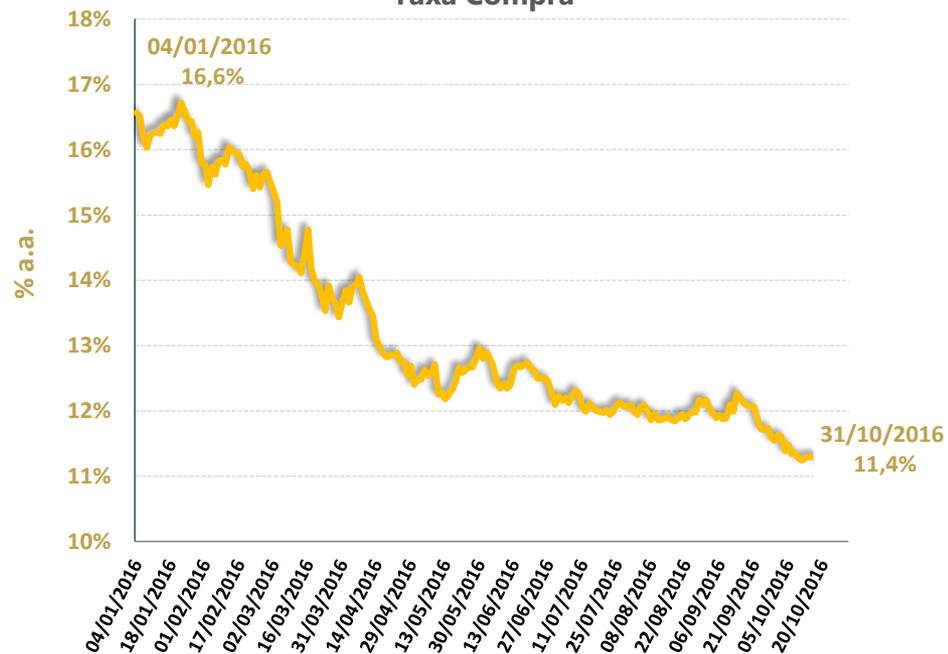


### Juros Futuros (DI Jan 21)



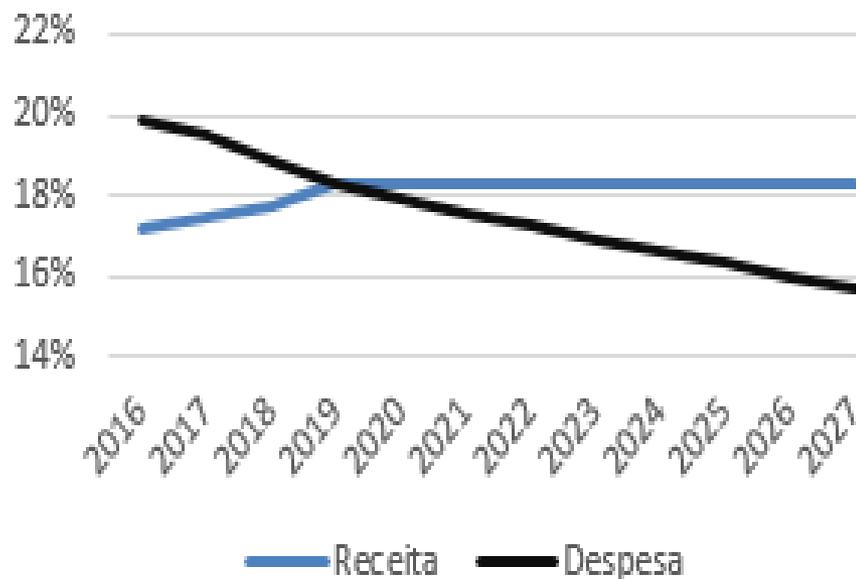
### Tesouro Prefixado (LTNJan21)

Taxa Compra

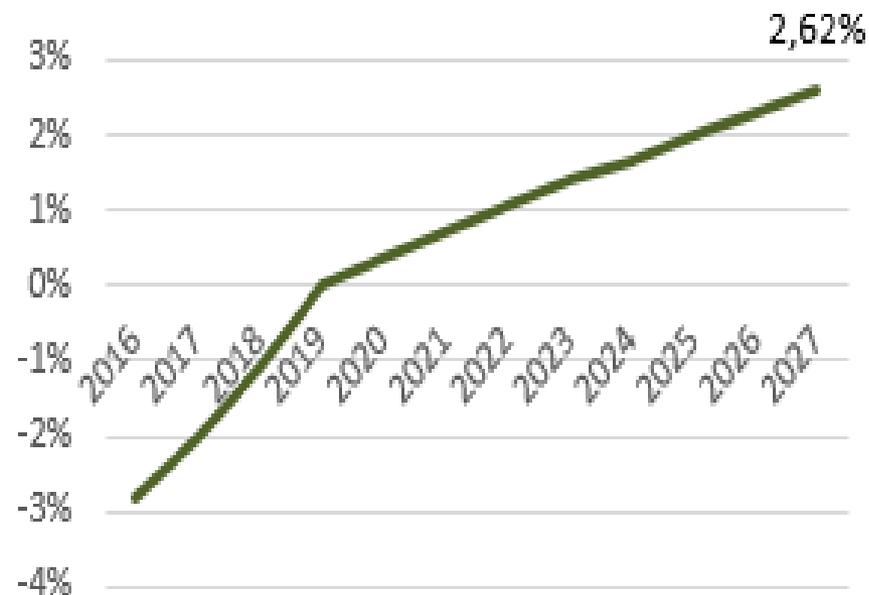


Fonte: Bloomberg; Tesouro Nacional

### Evolução da receita e da despesa primária

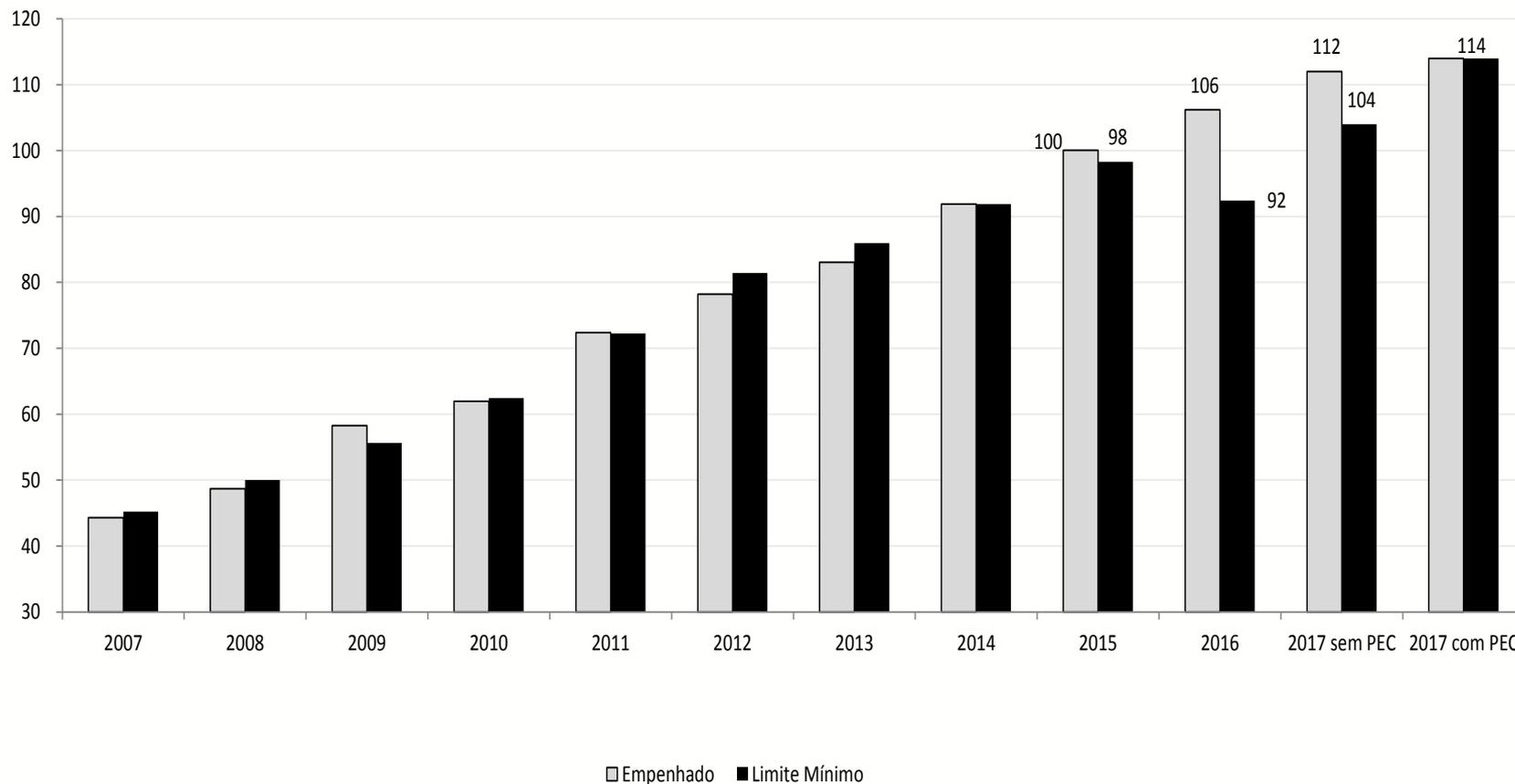


### Resultado primário do Governo Central



Fonte: Simulações do Tesouro Nacional. Supõe receita primária constante.

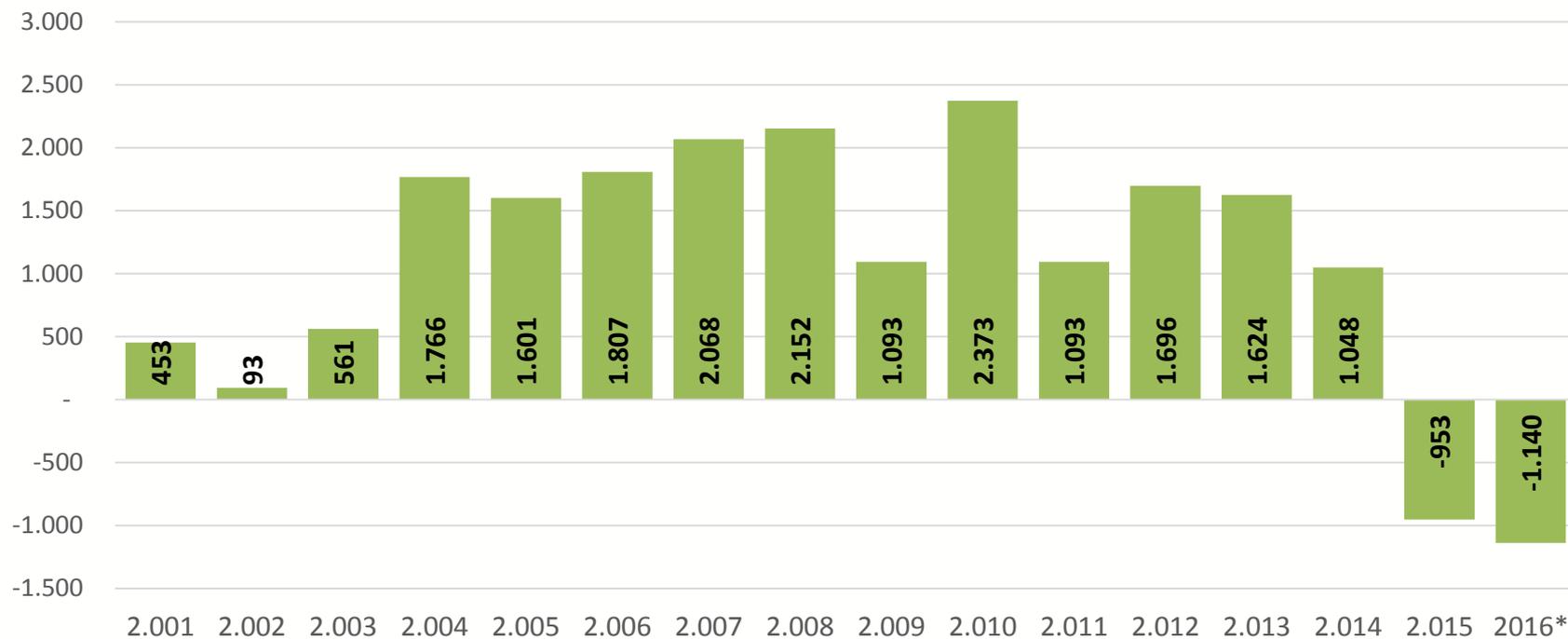
R\$ bilhões



Fonte: STN e PLOA 2017

CENÁRIO 1					CENÁRIO 2					CENÁRIO 3				
Baixo crescimento da receita na opção sem PEC					Cenário 1 + não pagamento de R\$ 6 bilhões ano (acúmulo de restos a pagar)					Cenário 2 + aumento do espaço fiscal para a saúde em R\$ 2 bilhões por ano a partir de 2022				
	Sem PEC	Com PEC	Dife- rença	Diferença Acumulada		Sem PEC	Com PEC	Dife- rença	Diferença Acumulada		Sem PEC	Com PEC	Dife- rença	Diferença Acumulada
2017	104	114	10	10	2017	98	114	16	16	2017	98	114	16	16
2018	107	114	7	17	2018	101	114	13	29	2018	101	114	13	29
2019	111	114	3	19	2019	105	114	9	37	2019	105	114	9	37
2020	116	114	- 2	17	2020	110	114	4	41	2020	110	114	4	41
2021	117	114	- 3	14	2021	111	114	3	44	2021	111	114	3	44
2022	118	114	- 5	9	2022	112	114	1	45	2022	112	116	3	47
2023	120	114	- 6	3	2023	114	114	- 0	45	2023	114	118	4	51
2024	122	114	- 8	- 6	2024	116	114	- 2	42	2024	116	120	4	54
2025	124	114	- 10	- 16	2025	118	114	- 4	38	2025	118	122	4	58
2026	126	114	- 12	- 27	2026	120	114	- 6	33	2026	120	124	4	63

## Variação do número de beneficiários de planos de saúde no Brasil (em milhares)



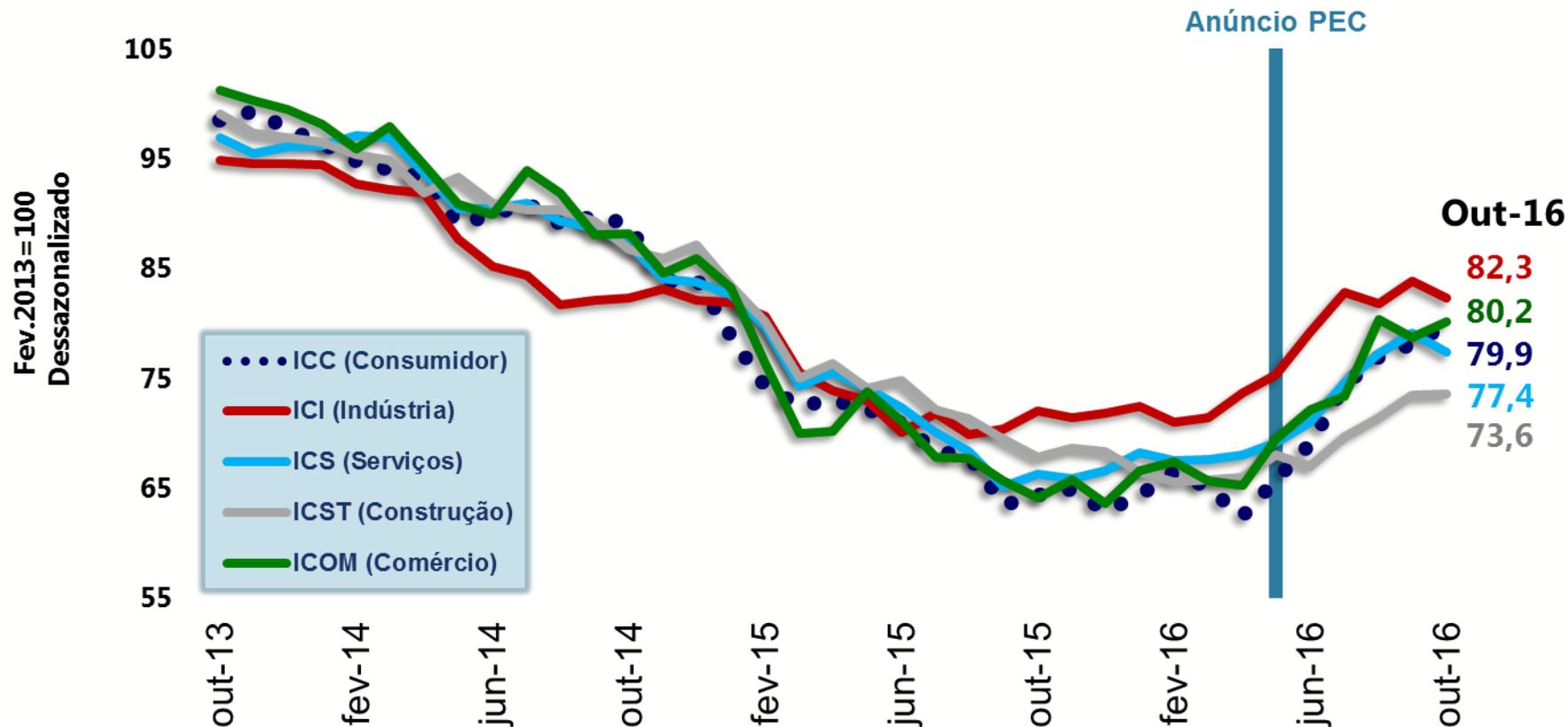
\* Até setembro

Fonte: ANS/MS

Beneficiário: pessoa natural, titular ou dependente, que possui direitos e deveres definidos em legislação e em contrato assinado com operadora de plano privado de assistência à saúde.

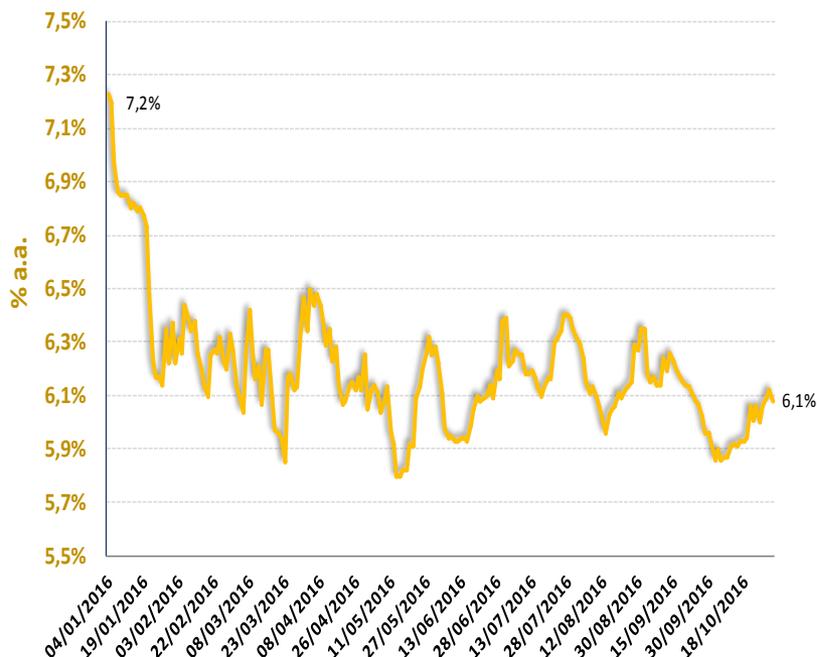
# Efeitos já observados na Economia Brasileira apenas pelo canal da confiança

## Índices de Confiança



# Efeitos já observados na Economia Brasileira apenas pela maior da confiança

### Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal)



### Tesouro Prefixado (LTNJan21)

